



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2023

Requer informações à Senhora Nísia Trindade, Ministra de Estado da Saúde, sobre a contratação de agência de publicidade investigada pela CGU no valor de R\$ 215 milhões.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a contratação de agência de publicidade investigada pela CGU no valor de R\$ 215 milhões.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre a contratação de agência de publicidade investigada pela CGU no valor de R\$ 215 milhões.

Considerando o compromisso do Ministério da Saúde com a transparência e a correta destinação dos recursos públicos, solicito os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o atual estágio do contrato firmado com a empresa Nacional Comunicação?
2. Quais são as justificativas para a contratação de uma empresa que está sob investigação da Controladoria Geral da União (CGU)?
3. Qual o fundamento jurídico para contratação da empresa investigada?
4. Quem é o fiscal do contrato?
5. Por que foram ignoradas, nas fases licitatórias, a investigação sobre a Nacional Comunicação?



6. Quais medidas foram adotadas para suspender o contrato após as denúncias veiculadas sobre a investigação em relação a empresa?
7. Favor enviar a cópia do contrato e seus anexos, em pdf.

JUSTIFICAÇÃO

A licitação pública é o meio legal previsto na legislação, exarado na Lei 14.133/2021, para aquisição de bens e contratação de serviços com a Administração Pública que atendam as demandas da máquina pública. No contexto da referida legislação, foram definidos critérios objetivos que norteiam e balizam a seleção das organizações que participarão do processo licitatório.

Uma dessas normas é a verificação da situação legal e judiciária da contratada, que permite, à comissão de licitação, vedar a participação de empresas com pendências judiciais ou sob investigação.

Não obstante o previsto na legislação, conforme veiculado na mídia, o Ministério da Saúde fechou um contrato no valor de R\$ 215 milhões com a empresa de publicidade Nacional Comunicação, que está sendo investigada pela Controladoria-Geral da União (CGU) por envolvimento em fraudes em licitações internas de outra pasta.

A empresa já realizou três campanhas publicitárias para o Ministério da Saúde este ano, totalizando mais de R\$ 21,3 milhões em repasses. Esses serviços incluíram a Campanha Nacional de Vacinação Contra Covid, que marcou o início do mandato do presidente Lula. A agência também foi responsável por campanhas sobre o acesso ao programa Farmácia Popular e pela antecipação da campanha de multivacinação nos estados do Amazonas, Acre e Amapá.

Segundo reportagem do *Estadão*, a CGU diz que a empresa teria tido acesso a informações privilegiadas para vencer as disputas ainda durante o governo de Michel Temer. O processo de investigação já dura três anos e ainda não há previsão de conclusão.



Um outro contrato, firmado com a pasta do Desenvolvimento Social, foi renovado por mais um ano pelo governo petista em setembro deste ano, no valor estimado de R\$ 120 milhões. Com isso, a Nacional Comunicação pode receber até R\$ 920 milhões pelos acordos fechados nos últimos três anos, período em que a investigação da CGU está em andamento.

Dessa forma, torna-se imprescindível os esclarecimentos dos questionamentos acima, pelo que requeiro o apoio dos nobres colegas para aprovação do requerimento.

Fontes:

<https://www.estadao.com.br/politica/cgu-arrasta-ha-tres-anos-inquerito-de-empresa-que-mantem-contratos-de-r-920-mi-com-governo-lula/>

<https://revistaoeste.com/politica/ministerio-da-saude-de-lula-mantem-contrato-com-empresa-investigada/>

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2023.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

